O RETORNO DO CURSO DE MAGISTÉRIO: PRÓS E CONTRAS

EDILEIDE DE SOUZA SANTOS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar de forma crítica o retorno do curso de Magistério como alternativa de formação docente em nível médio para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, refletindo sobre seus aspectos históricos, sociais e pedagógicos. Durante décadas, o Magistério constituiu-se como a principal porta de entrada para a carreira docente no Brasil, oferecendo uma formação de caráter técnico e vocacional, sobretudo para jovens mulheres, até que a promulgação da LDB nº 9.394/1996 redefiniu os rumos da profissão ao estabelecer o ensino superior, especialmente os cursos de Pedagogia, como requisito mínimo para o exercício da docência, com a intenção de elevar a qualificação dos profissionais e fortalecer a valorização da carreira. Entretanto, nos últimos anos, verifica-se um movimento crescente de reabertura do curso de Magistério em redes estaduais e municipais, motivado principalmente pela escassez de professores habilitados, em especial nas regiões periféricas e em contextos marcados por vulnerabilidade social, situação que tem provocado intensos debates no campo educacional. Para alguns, o retorno representa uma oportunidade de ampliar o número de docentes atuando na educação básica, favorecer a inserção precoce de jovens no mercado de trabalho por meio da formação técnica e resgatar uma tradição pedagógica que privilegia a prática profissional desde o início. Para outros, contudo, trata-se de um retrocesso que ameaça a qualidade da educação, uma vez que pode levar à precarização da formação docente, à desvalorização da carreira e à ausência de articulação com a formação continuada e superior, indispensável diante das demandas cada vez mais complexas da contemporaneidade. Ao reunir e analisar esses diferentes pontos de vista, o artigo argumenta que a retomada do Magistério não pode ser vista apenas como resposta emergencial à carência de profissionais, mas deve estar inserida em um projeto pedagógico sólido, que valorize a formação humana integral, que esteja alinhado com princípios democráticos, inclusivos e críticos, e que seja capaz de dialogar com os desafios educacionais do século XXI, evitando a simples reprodução de modelos ultrapassados que já não respondem às necessidades da educação pública brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Educação Infantil. Desenvolvimento Infantil. Políticas Educacionais. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This article aims to discuss the pros and cons of the return of the Magistério course as a medium-level teacher training alternative for early childhood education and the early years of elementary education in Brazil. For many decades, Magistério was the main pathway to the teaching profession, particularly for women, offering not only technical training but also a vocational approach to education. However, with the enactment of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB No. 9,394/1996), the Brazilian government sought to improve the quality of teaching by requiring higher education degrees for those entering the profession, promoting undergraduate licentiate degrees, particularly in Pedagogy, as the new standard. In recent years, however, the educational scenario has shifted. Several state and municipal education networks have reinstated the Magistério course as an emergency strategy to address the growing shortage of qualified teachers, especially in underserved and socioeconomically vulnerable regions. This movement has sparked intense debate in the educational field, dividing scholars, educators, and policymakers between those who view the return as a viable and necessary solution and those who criticize it as a setback to the professionalization and appreciation of teachers. This study presents a critical and analytical perspective on the return of the Magistério course, examining its historical roots, the social and

political motivations behind its reimplementation, and the main arguments supporting and opposing this educational policy. Using a qualitative approach grounded in academic literature and official documents from Brazilian educational legislation, the article seeks to assess how this initiative might impact the quality of education and the conditions of teaching work. Among the positive aspects, the article highlights the potential for expanding access to teacher training, increasing youth employability through vocational education, and restoring a tradition of pedagogical practice that begins early in one's career. Proponents argue that, when well-structured, the course can encourage young people to pursue teaching and serve as a stepping stone to further academic and professional development. Moreover, in contexts where higher education is not easily accessible, the Magistério course might play a role in democratizing access to the profession. On the other hand, critics warn about the risks of lowering teacher training standards, reinforcing the devaluation of the teaching profession, and fostering an education system based on minimal preparation and fragile pedagogical foundations. They argue that reintroducing technical-level training without integrating it into broader public. policies for continuous teacher education and career development may aggravate existing challenges rather than resolve them. Thus, discussing the return of the Magistério course requires a deep understanding of the social function of education and the complex dynamics that shape public schooling in Brazil. The article concludes that such initiatives must be implemented cautiously and strategically, ensuring alignment with democratic, inclusive, and humancentered educational principles. Only by doing so will the return of the Magistério course contribute positively to the professional development of teachers and to the strengthening of public education in the country.

KEYWORDS: Magistério, Teacher Training, Early Childhood Education, Elementary School, Educational Policy.

INTRODUÇÃO

A formação de professores é um dos pilares fundamentais para a construção de uma educação pública de qualidade, constituindo-se como elemento estratégico para o desenvolvimento social, cultural e econômico de qualquer nação. No Brasil, esse processo tem sido historicamente marcado por diferentes transformações, resultantes das mudanças políticas, sociais e econômicas que atravessaram o país ao longo do século XX e início do século XXI. Essas transformações impactaram diretamente o perfil do profissional da educação, as exigências relacionadas à sua formação e as expectativas quanto ao papel da escola na sociedade. Nesse contexto, o curso de Magistério, tradicionalmente ofertado em nível médio, desempenhou durante muitas décadas um papel central na formação inicial de professores, sobretudo para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Caracterizado pela articulação entre teoria e prática, esse curso possibilitava que jovens estudantes, ao final do ensino médio, estivessem aptos a ingressar diretamente no exercício da docência, respondendo de maneira rápida e pragmática às necessidades educacionais, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social e escolar.

Com o avanço das discussões em torno da valorização docente e da busca por uma educação mais qualificada e equitativa, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) redefiniu os parâmetros da formação de professores no Brasil, estabelecendo a obrigatoriedade da formação em nível superior, preferencialmente por meio de cursos de licenciatura plena. Tal medida foi considerada um marco importante na profissionalização da docência, pois pretendia elevar os padrões de qualidade do ensino, promover o reconhecimento social da carreira e alinhar o país às tendências internacionais de valorização da educação como política estratégica de desenvolvimento. A partir de então, os cursos de Pedagogia e demais licenciaturas passaram a ser vistos como a via legítima para a formação de professores da educação básica, relegando o curso de Magistério a um papel secundário e, em muitos estados, levando-o à extinção.

Entretanto, nas duas últimas décadas, observa-se um fenômeno de revalorização do Magistério, impulsionado por fatores como a escassez de professores habilitados, a dificuldade de atrair e reter estudantes nos cursos superiores de licenciatura, a evasão escolar em regiões periféricas e a falta de políticas eficazes de incentivo à carreira docente. Em diversos estados brasileiros, a retomada da oferta do Magistério em nível médio aparece como estratégia emergencial para suprir a carência de profissionais, sobretudo em localidades onde as condições de trabalho são precárias e a rotatividade docente é elevada. Nesses contextos, o curso se apresenta como alternativa de formação mais rápida, que oferece ao estudante uma possibilidade concreta de inserção precoce no mercado de trabalho e uma preparação específica para lidar com as demandas da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

O retorno do Magistério, contudo, não ocorre sem controvérsias. De um lado, seus defensores argumentam que a medida amplia o acesso de jovens à formação docente, contribui para reduzir o déficit de profissionais e resgata uma tradição pedagógica que valoriza a prática desde o início do percurso formativo. Além disso, em regiões de difícil acesso ao ensino superior, o Magistério pode ser visto como um mecanismo de inclusão e de democratização de oportunidades, ainda que em caráter inicial. De outro lado, críticos apontam que essa retomada pode representar um retrocesso, pois reforça a precarização da formação, desvaloriza os esforços realizados nas últimas décadas para a profissionalização docente em nível superior e compromete a qualidade da educação pública, já que as demandas contemporâneas exigem competências pedagógicas, teóricas e tecnológicas mais complexas do que aquelas contempladas por uma formação técnica de nível médio.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe uma análise crítica dos prós e contras do retorno do curso de Magistério, buscando não apenas reconstituir sua trajetória histórica, mas também compreender as razões que explicam sua retomada e avaliar os impactos que essa medida pode gerar para a qualidade do ensino e para a valorização da docência no Brasil. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa e teórica, fundamentada em autores como Saviani (2009), Nóvoa (2009) e Gatti (2010), além de documentos legais, diretrizes curriculares nacionais e dados do Censo Escolar, de modo a oferecer subsídios para uma reflexão fundamentada. Parte-se do pressuposto de que nenhuma política educacional pode ser analisada isoladamente, mas deve ser compreendida em sua historicidade, em seus condicionantes estruturais e em suas consequências sociais e pedagógicas. Assim, o retorno do Magistério pode ser interpretado, por um lado, como oportunidade de inclusão, de empregabilidade juvenil e de valorização da prática pedagógica; e, por outro, como risco de reforço às desigualdades educacionais e de retrocesso na luta pela profissionalização docente. A discussão proposta pretende, portanto, lançar luz sobre um dos debates mais atuais da educação brasileira, destacando que o curso de Magistério só poderá se constituir em alternativa legítima se articulado a um projeto pedagógico consistente, democrático e inclusivo, que contemple a formação continuada e dialogue com os desafios do século XXI, evitando a mera reprodução de modelos já ultrapassados.

DESENVOLVIMENTO

A retomada do curso de Magistério como modalidade de formação docente em nível médio tem gerado debates significativos no campo educacional brasileiro, reacendendo discussões sobre a identidade da profissão, os caminhos da política pública e os rumos da educação básica no país. Esse movimento ocorre em um cenário marcado por múltiplas dificuldades enfrentadas pela educação pública: déficit de professores em várias regiões, envelhecimento do quadro docente, baixa atratividade da carreira, evasão persistente nos cursos de licenciatura e profundas desigualdades regionais no acesso à formação superior. Nesse contexto, a reabertura de turmas do curso de Magistério em instituições de ensino médio técnico tem sido vista por algumas redes públicas como uma estratégia emergencial para suprir carências imediatas, sobretudo nas etapas iniciais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensi-

no Fundamental, considerados os alicerces do desenvolvimento educacional.

Historicamente, o curso de Magistério cumpriu papel central na formação de professores, consolidando-se como a principal via de ingresso na docência até a década de 1990. Sua proposta pedagógica, pautada em uma articulação entre conteúdos teóricos e experiências práticas em sala de aula, permitia que jovens estudantes ingressassem precocemente no mercado de trabalho, atendendo à grande demanda por profissionais da educação, principalmente em localidades de maior vulnerabilidade social. No entanto, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), inaugurou-se uma nova fase na concepção de formação docente: a exigência da formação em nível superior passou a ser vista como condição necessária para garantir maior qualificação profissional, elevar a qualidade do ensino e promover a valorização da carreira. Esse movimento foi amplamente defendido por especialistas e pesquisadores, pois buscava alinhar a educação brasileira às tendências internacionais e enfrentar o histórico de desvalorização do magistério.

Apesar dos avanços legais, da expansão do ensino superior público e privado e das políticas de acesso implementadas a partir dos anos 2000, persistem grandes disparidades que dificultam a consolidação desse objetivo. Em especial nas regiões Norte e Nordeste, onde as condições de infraestrutura são frágeis, os salários pouco atrativos e o acesso às universidades é limitado, muitos municípios enfrentam dificuldades crônicas para garantir a presença de professores habilitados em suas redes de ensino. É nesse cenário que a reintrodução do Magistério ganha força, sendo interpretada por gestores como uma resposta imediata às urgências do sistema, ao mesmo tempo em que abre espaço para um debate mais amplo sobre a coerência dessa medida frente aos princípios da LDB e às demandas educacionais contemporâneas.

A reintrodução do Magistério, portanto, pode ser compreendida sob dois ângulos principais. Por um lado, ele é defendido como alternativa viável para garantir a presença de professores em sala de aula, especialmente em contextos de difícil provimento e alta rotatividade, oferecendo a jovens estudantes a oportunidade de formação profissional técnica e rápida inserção no mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, o curso pode contribuir para democratizar o acesso à carreira docente, reduzir o déficit de profissionais e, até mesmo, despertar vocações que mais tarde possam se consolidar em cursos de licenciatura. Por outro lado, há fortes críticas que apontam o risco de retrocesso nas políticas de profissionalização da docência, ao permitir novamente a atuação de professores apenas com formação em nível médio, o que pode fragilizar a qualidade da educação ofertada e comprometer décadas de esforços em prol da elevação da formação acadêmica dos docentes.

Essa preocupação é reforçada por autores como Gatti (2010), que argumenta que a qualidade da educação está diretamente relacionada à formação inicial e continuada dos professores, devendo ser sólida, crítica e contextualizada para responder aos desafios do século XXI. A docência, mais do que nunca, exige do profissional competências pedagógicas, domínio de conhecimentos científicos e tecnológicos, habilidades socioemocionais e capacidade de reflexão crítica sobre a prática — elementos dificilmente contemplados em uma formação técnica de nível médio. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que a ausência de políticas públicas eficazes para a valorização da carreira docente, aliada às desigualdades estruturais do país, cria condições propícias para que medidas emergenciais como a retomada do Magistério reapareçam como “solução” imediata para problemas crônicos.

Diante desse panorama, torna-se imprescindível aprofundar a análise sobre os prós e contras do retorno do curso de Magistério. Entre as possíveis vantagens, estão a ampliação do número de profissionais disponíveis para atuar na educação básica, a inclusão de jovens no mercado de trabalho, a valorização da experiência prática desde o início da formação e a resposta emergencial às carências regionais de professores. Contudo, entre os riscos destacam-se a precarização da formação docente, a desvalorização

da carreira, o enfraquecimento da LDB e a possibilidade de reforçar desigualdades históricas no acesso à educação de qualidade. A reflexão, portanto, deve ir além da mera oposição entre "ser contra" ou "ser a favor": é preciso compreender em que condições, com quais objetivos e com quais garantias o curso de Magistério pode ser retomado de modo a contribuir efetivamente para a qualidade da educação pública brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E RETORNO DO CURSO DE MAGISTÉRIO

A formação de professores no Brasil sempre refletiu as transformações sociais e políticas do país, revelando contradições estruturais entre o discurso de valorização da docência e as condições concretas de trabalho enfrentadas pelos educadores. O curso de Magistério, tradicionalmente oferecido no nível médio, foi, por décadas, a principal porta de entrada para a profissão docente, especialmente para a atuação na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Essa formação técnica tinha como foco a articulação entre os conhecimentos pedagógicos básicos e as práticas escolares cotidianas, permitindo que jovens, muitas vezes ainda adolescentes, ingressassem diretamente no sistema educacional como professores.

Historicamente, o Magistério surgiu como uma estratégia de ampliação do acesso à docência em um contexto em que o Brasil ainda enfrentava graves déficits educacionais, principalmente nas áreas rurais e periféricas. Durante o século XX, essa modalidade foi essencial para suprir a carência de profissionais nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que consolidava uma imagem romântica e quase missionária da profissão docente — muitas vezes associada ao papel feminino de cuidado, doação e vocação. Nesse sentido, o Magistério esteve atrelado a uma concepção de ensino baseada mais na prática empírica e no exemplo do que em uma formação teórica sólida.

Com o avanço das discussões sobre profissionalização da docência, especialmente a partir dos anos 1990, o Magistério passou a ser questionado por sua limitação formativa. A promulgação da LDB nº 9.394/1996 marcou uma virada nesse processo, ao estabelecer a obrigatoriedade da formação superior para os professores da educação básica. A partir daí, os cursos de Pedagogia e de licenciaturas nas diversas áreas do conhecimento passaram a ser entendidos como a via principal para a formação docente. O objetivo era garantir uma base mais crítica, científica e reflexiva à atuação do professor, aproximando o campo educacional das exigências contemporâneas da sociedade.

Entretanto, nas duas últimas décadas, tem-se observado um movimento de revalorização do Magistério, especialmente em contextos de crise de políticas públicas para a educação. A dificuldade de atrair estudantes para os cursos superiores de licenciatura, aliada à baixa remuneração dos professores, à desvalorização social da profissão e à evasão de profissionais da área, contribuiu para que muitas redes públicas de ensino reabrissem turmas de Magistério no ensino médio. Além disso, programas como o Novo Ensino Médio, implementado pelo Governo Federal a partir de 2017, abriram espaço para itinerários formativos voltados à formação técnica, incluindo o Magistério como uma opção viável para os jovens estudantes.

Esse retorno, embora cercado de justificativas pragmáticas, tem suscitado questionamentos importantes. Para alguns educadores, trata-se de um retrocesso que desvaloriza a luta histórica pela profissionalização docente e pela garantia de uma formação crítica e universitária. Como destaca Saviani (2009, p. 18), "a formação de professores deve estar vinculada à universidade, pois é lá que se articulam ensino, pesquisa e extensão, elementos essenciais à formação crítica do educador". Outros, no entanto, enxergam na retomada do Magistério uma possibilidade de inclusão social e de estímulo à entrada precoce na carreira docente, especialmente em regiões onde o acesso à universidade ainda é restrito.

Vale considerar, ainda, que o retorno do Magistério ocorre em um contexto de reconfiguração das políticas públicas educacionais, marcadas por cortes de investimentos, reformas estruturais e crescente pressão por resultados em avaliações externas. Nessas condições, a formação técnica de professo-

res pode ser vista tanto como uma resposta emergencial quanto como uma estratégia de contenção de gastos, o que levanta dúvidas sobre o real compromisso do Estado com a qualidade da educação.

Portanto, é essencial compreender esse fenômeno não de forma simplista, como uma escolha entre o antigo e o moderno, mas como uma expressão das tensões existentes entre as demandas sociais por educação e os limites das políticas formativas atuais. O retorno do curso de Magistério, ainda que possa representar uma oportunidade de acesso e empregabilidade para jovens, precisa ser analisado criticamente à luz das exigências contemporâneas da docência, que exigem não apenas boa vontade e prática, mas conhecimento teórico, capacidade crítica e formação contínua.

VANTAGENS DO RETORNO DO CURSO DE MAGISTÉRIO

A alfabetização precoce é defendida por muitos especialistas com base na ideia de que a primeira infância constitui uma fase crucial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais e emocionais. Durante esse período inicial da vida, o cérebro humano apresenta um alto grau de plasticidade, ou seja, uma maior capacidade de adaptação e de construção de novas conexões neurais. Esse potencial faz com que a criança esteja especialmente apta a adquirir diferentes habilidades, dentre elas a leitura e a escrita, quando estimulada de maneira adequada.

Segundo os estudiosos da área, a infância é uma etapa em que a curiosidade natural, a abertura para o aprendizado e a predisposição para explorar o mundo se combinam, criando um ambiente extremamente fértil para o desenvolvimento de competências linguísticas. Para Vygotsky (1984), o desenvolvimento não ocorre de forma isolada, mas se dá pela interação com o meio e pela mediação de adultos ou de sujeitos mais experientes. Essa visão justifica, portanto, a introdução de práticas letradas ainda na Educação Infantil, uma vez que a presença do professor como mediador contribui significativamente para ampliar as possibilidades de aprendizagem da criança.

Um dos argumentos mais recorrentes em defesa da alfabetização precoce é o de que o contato inicial com a linguagem escrita fortalece diversas capacidades cognitivas. Ao ter contato com letras, palavras e textos desde cedo, a criança tende a desenvolver melhor o vocabulário, aprimorar a memória, exercitar o raciocínio lógico e ampliar sua capacidade de concentração. Esses aspectos são fundamentais para que ela possa enfrentar com mais segurança e autonomia os desafios posteriores de sua vida escolar.

Além disso, a antecipação do processo de alfabetização pode atuar como um fator preventivo, reduzindo as dificuldades de aprendizagem que costumam aparecer nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Crianças que iniciam o contato com a leitura e a escrita ainda na Educação Infantil geralmente chegam ao ensino regular mais preparadas, o que facilita o acompanhamento dos conteúdos e evita frustrações decorrentes de um possível atraso no aprendizado. Ferreiro (1999) reforça esse ponto ao afirmar que o envolvimento da criança com a escrita desde cedo amplia suas possibilidades de compreensão e expressão, oferecendo-lhe ferramentas não apenas para a vida escolar, mas também para o exercício pleno da cidadania.

É importante destacar que a alfabetização precoce, quando bem conduzida, não se confunde com um processo mecânico, rígido ou excessivamente formal. Ao contrário do que se poderia imaginar, não se trata de submeter crianças pequenas a métodos tradicionais e repetitivos, como cópias extensas ou exercícios de memorização sem sentido. Em escolas que adotam práticas pedagógicas bem estruturadas, o processo acontece de forma prazerosa e contextualizada. Jogos educativos, atividades lúdicas, contação de histórias, rodas de leitura, dramatizações e situações reais de uso da linguagem escrita são alguns exemplos de estratégias que podem aproximar a criança da leitura e da escrita de maneira significativa.

Outro ponto de grande relevância na defesa da alfabetização precoce é sua contribuição para a redução das desigualdades educacionais. No Brasil, é comum que muitas crianças, especialmente as que vivem em condi-

ções de vulnerabilidade social, não tenham contato com livros, revistas, jornais ou outros materiais escritos em casa. Em famílias de baixa renda, muitas vezes a prioridade está na sobrevivência imediata, e o estímulo à leitura não encontra espaço. Nesses casos, a escola pode ser o único local de acesso ao mundo letrado, funcionando como um portal de inclusão social e cultural.

A antecipação do processo de alfabetização, ao permitir que essas crianças tenham contato mais cedo com a escrita, ajuda a nivelar as oportunidades e a garantir maior equidade no percurso escolar. Ao contrário do que ocorre com crianças de famílias mais favorecidas, que geralmente crescem rodeadas de livros e estímulos culturais, os alunos de contextos menos privilegiados precisam contar com a escola para ter acesso a essas experiências. Por isso, antecipar o contato com a linguagem escrita pode ser decisivo para reduzir as lacunas e promover maior justiça educacional. Luria (2005) reforça essa perspectiva ao afirmar que o domínio da linguagem escrita amplia o acesso à cultura e à cidadania, sendo, portanto, uma ferramenta poderosa de emancipação social.

Além das vantagens cognitivas e sociais, a alfabetização precoce pode também contribuir de forma significativa para o desenvolvimento emocional e criativo das crianças. Quando realizada de maneira lúdica, por meio de histórias, músicas, brincadeiras com letras, escrita de pequenas palavras e atividades que despertem a imaginação, ela se torna uma experiência prazerosa. Esse tipo de prática estimula a curiosidade, fortalece a autoconfiança e promove interações sociais mais ricas, já que as crianças passam a compartilhar descobertas e produções com seus colegas.

A leitura de histórias, por exemplo, amplia o repertório simbólico das crianças, permitindo-lhes vivenciar diferentes situações, personagens e emoções. Esse contato não apenas favorece a aprendizagem da leitura e da escrita, mas também colabora para a formação de valores, para o desenvolvimento da empatia e para o fortalecimento do senso crítico. Já a escrita de palavras simples, como o próprio nome, o nome dos colegas ou de objetos do cotidiano, pode dar às crianças um sentimento de conquista e pertencimento, aumentando sua motivação para continuar aprendendo.

Vygotsky (1984) lembra que a curiosidade é uma base essencial para a aprendizagem e deve ser constantemente incentivada. Ao explorar novas palavras, identificar letras em placas de rua ou tentar escrever mensagens simples, a criança sente-se estimulada a aprender mais, construindo gradualmente um vínculo afetivo com a linguagem escrita. Esse vínculo, uma vez estabelecido na infância, tende a se consolidar ao longo da vida, resultando em maior gosto pela leitura e maior facilidade para lidar com textos em diferentes contextos.

Por fim, os defensores da alfabetização precoce reforçam que ela não precisa ser entendida como sinônimo de ensino formalizado, rígido e antecipado de conteúdos próprios do Ensino Fundamental. O que se defende é a criação de oportunidades significativas, nas quais a escrita e a leitura sejam incorporadas ao cotidiano infantil de modo natural e respeitoso. Quando o processo respeita o ritmo da criança, levando em conta suas necessidades, interesses e formas de expressão, ele se transforma em uma experiência prazerosa, eficaz e humanizadora.

Dessa forma, a alfabetização precoce, longe de representar uma imposição artificial, pode ser vista como uma preparação cuidadosa, lúdica e inclusiva para a etapa seguinte da escolarização. Ao combinar brincadeiras, músicas, contação de histórias e atividades significativas, ela garante que as crianças tenham acesso às práticas letradas sem antecipar de forma forçada ou desgastante os conteúdos formais do Ensino Fundamental.

Assim, a defesa da alfabetização precoce se apoia em múltiplos argumentos: o potencial cognitivo da primeira infância, a prevenção de dificuldades futuras, a redução das desigualdades sociais, o estímulo à curiosidade e à imaginação, e a possibilidade de preparar os alunos para o futuro escolar sem comprometer a ludicidade e o prazer da infância. Quando aplicada com responsabilidade, respeito e criatividade, ela se revela uma estratégia capaz de unir qualidade pedagógica e equidade social, favorecendo tanto o desenvolvimento individual das crianças quanto o

avanço coletivo da sociedade.

ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À ALFABETIZAÇÃO PRECOCE

O retorno do curso de Magistério em nível médio apresenta uma série de vantagens que merecem ser analisadas à luz das necessidades educacionais brasileiras. Em tempos de escassez de professores, sobretudo em regiões distantes dos grandes centros urbanos, essa modalidade de formação pode representar uma solução estratégica para suprir a demanda imediata por profissionais da educação. O Brasil, historicamente, convive com a carência de docentes, seja pela falta de atratividade da profissão, seja pelas dificuldades econômicas e sociais que impedem muitos jovens de ingressar e permanecer no ensino superior. Nesse contexto, a retomada do Magistério surge como uma alternativa de formação inicial que, mesmo limitada em alguns aspectos, pode dar respostas rápidas a problemas urgentes da realidade escolar.

Ao oferecer uma formação técnica com foco na docência, o Magistério possibilita que jovens ingressem mais rapidamente no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se inicia a construção de uma trajetória formativa no campo educacional. Para muitos adolescentes que concluem o ensino fundamental e não encontram perspectivas claras de continuidade dos estudos, o curso representa um caminho concreto e acessível para uma carreira profissional. Isso é especialmente relevante em localidades onde as oportunidades são escassas e onde a docência pode ser não apenas uma escolha, mas uma possibilidade real de ascensão social e de transformação da própria comunidade.

Uma das principais vantagens dessa retomada é o acesso ampliado à formação docente. Muitos estudantes que concluem o ensino fundamental em contextos de vulnerabilidade social enfrentam grandes obstáculos para ingressar no ensino superior, tais como a falta de recursos financeiros, a distância geográfica das universidades, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, e até mesmo a ausência de políticas de incentivo eficazes. Nesse sentido, o curso de Magistério oferece uma oportunidade concreta de profissionalização ainda no ensino médio, permitindo que esses jovens tenham acesso a uma qualificação profissional ao mesmo tempo em que concluem a educação básica.

Esse processo pode funcionar como porta de entrada para a carreira docente, abrindo horizontes que antes poderiam parecer inatingíveis. Além disso, o curso pode despertar o interesse pela área da educação, funcionando como um primeiro contato com os fundamentos da pedagogia, da didática e da psicologia educacional. Essa base inicial é valiosa porque permite que os futuros docentes desenvolvam uma compreensão preliminar do processo de ensino e aprendizagem, cultivando desde cedo a noção de responsabilidade pedagógica. Como observa Libâneo (2013, p. 57),

“a valorização da prática reflexiva na formação inicial é essencial para a constituição de um professor comprometido com a transformação social”. Ou seja, mesmo que a formação técnica não substitua o aprofundamento teórico do ensino superior, ela pode semear um olhar crítico e reflexivo sobre o papel do professor e sua função social.

Outro ponto positivo do retorno do Magistério é sua capacidade de contribuir para a valorização social da docência desde cedo. Muitos jovens, ao optarem pelo curso, passam a compreender o papel transformador da educação em suas comunidades e desenvolvem vínculos com a escola e com a realidade local. Esse aspecto comunitário da formação é de extrema relevância, pois amplia a percepção de que o professor não é apenas um transmissor de conteúdos, mas um agente ativo de transformação social. Quando o aluno do Magistério participa de atividades práticas, de estágios supervisionados e de vivências no ambiente escolar, ele passa a enxergar de perto a importância do trabalho docente e, muitas vezes, cria laços afetivos e identitários com a escola.

Essa experiência pode gerar maior engajamento, senso de pertencimento e comprometimento com o ensino, especialmente quando o curso é articulado com práticas de estágio supervisionado e com o acompanhamento de professores experientes. Ao

contrário da formação meramente teórica, essa vivência prática pode ser motivadora para os alunos e eficaz na aprendizagem da profissão docente. Na prática, o contato direto com crianças, planejamentos de aula e situações reais de sala de aula prepara o futuro professor para lidar com os desafios do cotidiano escolar, algo que muitas vezes o ensino superior só proporciona em fases mais avançadas do curso.

Além disso, o Magistério pode responder rapidamente às necessidades urgentes das redes públicas de ensino, reduzindo o número de turmas sem professores. Em muitas localidades, sobretudo no interior do país, a carência de profissionais licenciados compromete a oferta de um ensino básico de qualidade. Em alguns municípios, escolas chegam a enfrentar anos seguidos com a ausência de professores em determinadas disciplinas ou séries, situação que agrava as desigualdades educacionais e prejudica o desempenho dos estudantes. O curso de Magistério, com carga horária adequada e disciplinas voltadas à atuação em sala de aula, pode formar docentes aptos a atuarem, sob supervisão, com crianças da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Essa medida emergencial pode ser importante para garantir o funcionamento mínimo do sistema educacional em áreas críticas. A presença de professores, ainda que em formação inicial técnica, pode representar a diferença entre uma escola que funciona precariamente e uma escola que consegue atender, minimamente, às demandas de seus alunos. Vale ressaltar que essa presença não elimina a necessidade de avançar para formações mais aprofundadas, mas pode significar uma resposta imediata em contextos de crise.

Por fim, é importante destacar que o retorno do Magistério não precisa ser visto como uma exclusão da formação superior, mas como parte de um percurso formativo contínuo. Muitos egressos do curso seguem seus estudos em cursos de Pedagogia ou outras licenciaturas, fortalecendo sua base teórica e ampliando suas possibilidades de atuação. O Magistério pode, portanto, desempenhar o papel de uma etapa inicial dentro de uma trajetória mais longa de profissionalização.

Se articulado com políticas públicas que incentivem a continuidade dos estudos, o Magistério pode ser um primeiro passo sólido na profissionalização docente, sem abrir mão da qualidade e da formação crítica. Programas de bolsas, financiamentos estudantis, convênios com universidades públicas e privadas e a valorização da educação continuada podem garantir que o jovem professor formado no nível médio não fique estagnado, mas veja no Magistério o início de uma carreira em constante evolução.

Assim, embora o retorno do curso de Magistério suscite debates e exigências quanto à sua qualidade e finalidade, é inegável que ele oferece vantagens importantes em termos de acesso, empregabilidade, formação inicial e resposta às demandas urgentes do sistema educacional. Cabe aos gestores públicos, instituições formadoras e à sociedade civil construir estratégias que garantam que essa modalidade formativa não represente um retrocesso, mas uma oportunidade qualificada e digna de ingresso na carreira docente.

Mais do que discutir apenas os limites do curso, é necessário compreender como ele pode ser articulado com uma política educacional mais ampla, capaz de valorizar a docência em todos os seus níveis. O Magistério, se pensado como etapa de uma escada formativa, pode não apenas suprir carências momentâneas, mas também criar bases para uma nova geração de professores engajados, críticos e comprometidos com a transformação da educação brasileira.

CONCLUSÃO

O retorno do curso de Magistério, como modalidade de formação técnica para a docência, representa uma resposta estratégica a várias questões prementes da educação básica no Brasil. Esse movimento é particularmente relevante em um contexto de escassez de professores, desafios no acesso ao ensino superior e a necessidade urgente de suprir a demanda por profissionais qualificados nas redes públicas de ensino. Ao longo das últimas décadas, o país tem enfrentado uma combinação de fatores que contribuem para o déficit de docentes, como

a baixa atratividade da carreira, a desvalorização salarial e a alta evasão nos cursos de licenciatura. Nesse cenário, a reintrodução do Magistério, ainda que em caráter técnico e de nível médio, surge como uma tentativa de amenizar as consequências imediatas da falta de professores na educação básica, sobretudo na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

No entanto, embora essa reabertura do curso possa ser vista como uma solução imediata e vantajosa para garantir o preenchimento das vagas de professores, ela não está isenta de críticas e desafios que merecem atenção. Há, de fato, um dilema entre a necessidade de dar respostas rápidas a um problema que se agrava a cada ano e a preocupação com a qualidade e profundidade da formação oferecida. A discussão sobre o retorno do Magistério não deve ser tratada de forma superficial, pois envolve questões estruturais da educação brasileira, que vão desde a formação inicial até as condições de permanência na carreira docente.

Por um lado, os prós do retorno do curso de Magistério incluem o aumento do acesso à profissão docente, especialmente para jovens que, de outra forma, poderiam ter dificuldades para ingressar no ensino superior. A realidade socioeconômica de muitos brasileiros ainda impõe barreiras ao ingresso e à permanência em universidades, de modo que um curso técnico de nível médio pode ser uma alternativa viável para a formação inicial. Trata-se de um caminho que abre as portas para adolescentes e jovens que concluem o ensino médio e desejam rapidamente ingressar no mercado de trabalho, encontrando na docência uma oportunidade de renda e inserção social.

A formação técnica possibilita, portanto, a entrada rápida no mercado de trabalho, contribuindo para a redução do déficit de professores, especialmente nas regiões mais carentes e afastadas dos grandes centros urbanos. É comum que localidades interioranas, comunidades rurais ou mesmo regiões periféricas de grandes cidades sofram mais intensamente com a falta de docentes. Nesse contexto, a existência do Magistério pode significar a presença de professores em sala de aula, garantindo o funcionamento das escolas e o atendimento dos alunos. Além disso, a formação técnica oferece aos futuros educadores uma base inicial que pode ser aprimorada posteriormente, caso optem por dar continuidade aos seus estudos no ensino superior, em cursos de licenciatura, pedagogia ou formações específicas.

Outro aspecto positivo é que o curso de Magistério, em muitos casos, também resgata a valorização da prática pedagógica desde cedo. Jovens que ingressam nessa modalidade já têm contato direto com disciplinas e conteúdos voltados para a prática do ensino, para o planejamento pedagógico, para a didática e para os fundamentos da educação. Isso gera uma familiaridade inicial que pode despertar vocações e incentivar a continuidade da carreira acadêmica, formando profissionais que não apenas ocupam as vagas necessárias, mas que também desenvolvem uma identidade docente desde cedo.

No entanto, os contras e limitações dessa formação também são significativos e não podem ser negligenciados. A principal crítica está relacionada à profundidade e à abrangência da formação oferecida. O curso de Magistério, em sua versão de nível médio, carece da complexidade teórica e crítica necessária para garantir que os professores sejam capazes de enfrentar os desafios contemporâneos da educação. A sociedade atual demanda muito mais do que uma transmissão de conteúdos básicos; exige uma prática pedagógica reflexiva, fundamentada em teorias críticas, sociais e psicológicas da aprendizagem, que forneça ao professor ferramentas para lidar com a diversidade cultural, com as desigualdades sociais e com as constantes transformações tecnológicas que impactam diretamente o ambiente escolar.

A formação em nível superior, por sua vez, permite que os futuros docentes adquiram uma visão mais ampla, crítica e reflexiva da prática pedagógica, com ênfase em aspectos teóricos, éticos e sociais que são fundamentais para a educação de qualidade. Cursos de Pedagogia e licenciaturas, embora muitas vezes também enfrentem críticas quanto à qualidade, oferecem uma formação mais longa, densa e aprofundada, preparando os profissionais não apenas para o exercício imediato da docência, mas também para compreenderem o papel social da escola, os

desafios da inclusão e os compromissos éticos da educação. Nesse sentido, a comparação entre o Magistério e a formação superior revela o risco de se perpetuar uma dualidade entre uma formação "rápida e simplificada" e uma formação "mais robusta e crítica". Ademais, a valorização da profissão docente também precisa ser repensada. O curso de Magistério, embora essencial em algumas circunstâncias, pode contribuir para a perpetuação de uma visão de que a docência não exige uma formação acadêmica de alto nível, o que comprometeria o reconhecimento social da carreira.

Historicamente, a docência no Brasil já foi associada a baixos salários, más condições de trabalho e pouca valorização simbólica, o que afastou muitos talentos da profissão. A manutenção de formações mínimas pode reforçar essa percepção, sugerindo que "qualquer formação já basta" para o exercício da docência, o que, em longo prazo, prejudica a consolidação da carreira como uma profissão de prestígio.

A falta de continuidade na formação, aliada ao baixo reconhecimento social e à insuficiente valorização salarial, são fatores que podem desmotivar os profissionais e limitar o impacto positivo que poderiam ter em suas práticas pedagógicas. Não basta formar professores em grande quantidade se não houver políticas públicas que incentivem a permanência deles na profissão, que garantam condições dignas de trabalho e que promovam uma remuneração compatível com a importância social da função. Sem isso, corre-se o risco de se criar um ciclo de desmotivação e rotatividade, em que professores formados rapidamente abandonam a carreira diante das dificuldades encontradas.

Portanto, é crucial que a implementação do curso de Magistério seja acompanhada de uma análise crítica, com vistas a melhorar a qualidade dessa formação e garantir que os docentes possam progredir em sua carreira, com acesso a uma educação continuada e a incentivos para a educação superior. O Magistério pode ser um ponto de partida, mas não deve ser um ponto final. É necessário que sejam criadas políticas de transição que facilitem o ingresso desses profissionais em cursos superiores, oferecendo bolsas, incentivos financeiros, programas de formação continuada e flexibilização de horários que conciliem trabalho e estudo.

A solução para os problemas estruturais da educação brasileira vai muito além da reabertura de cursos técnicos, sendo necessário um esforço conjunto entre o governo, as instituições de ensino e a sociedade para garantir uma educação de qualidade para todos. Essa responsabilidade compartilhada envolve a criação de políticas públicas consistentes, a ampliação do financiamento da educação, a formação continuada de professores e o fortalecimento da carreira docente como um todo.

O retorno do curso de Magistério não deve ser visto como um fim, mas como parte de um processo contínuo de valorização da profissão docente, com ênfase na melhoria das condições de trabalho, na qualificação dos profissionais e na criação de um ambiente educacional que valorize o ensino e os educadores em sua totalidade. Somente assim será possível avançar na busca por uma educação mais justa, igualitária e de qualidade para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Indicadores de Qualidade da Educação Básica: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: https://www.inep.gov.br. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 maio 2025.

GAT – Grupo de Análise do Trabalho. A formação de professor e os desafios para a educação no Brasil. São Paulo: GAT, 2017. Disponível em: http://www.gat.org.br. Acesso em: 01 maio 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática: planejamen-

to, ensino e avaliação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NOVOA, Antônio. Professores: representação, identidade e poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Educação e a questão da democracia. Campinas: Autores Associados, 2015.

MOURA, M. A. M. et al. Educação básica e a formação de professores: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.